

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do CNPq.
mebposito@gmail.com

Por uma arquitetura engajada¹

Resumo

A Arquitetura é vista, neste texto, como uma possibilidade de se compreender o mundo contemporâneo e, sobretudo, de repensá-lo, se queremos contribuir para a construção de um futuro com maior equidade, nele incluído o respeito às diferenças. Nessa perspectiva, uma Arquitetura engajada teria que considerar sempre o Urbanismo, no sentido de compreender a cidade, como nível de determinação do movimento da Sociedade e não apenas como um cenário em que múltiplas linguagens se expressem. Por seu caráter de ensaio, o texto tem mais o papel de levantar questões e estimular o debate, do que apresentar resultados ou respostas.

Palavras-chave: Arquitetura engajada, Urbanismo engajado, Arquitetura e linguagem

Abstract

FOR AN ENGAGED ARCHITECTURE

Architecture is seen in this paper as a possibility to understand and, above all, to rethink the contemporary world so that we can contribute for the construction of a more equitable future where the differences are respected. From this perspective, an engaged architecture would have always to consider Urbanism so as to understand the city as a level of settling Society's movement and not only as a scenario where multiple languages are expressed. As it is an essay, the text aims more at raising questions and stimulating debate than at presenting results or answers.

Key-words: Engaged Architecture, Engaged Urbanism, Architecture and language

O conjunto das mudanças pelas quais passamos colocam para a reflexão um amplo leque de questões, para as quais não temos respostas ou, ao menos, as respostas não nos parecem tão imediatas ou tão rápidas, como poderiam nos ter parecido há três ou quatro décadas atrás.

Entre nossos desafios está o de responder a perguntas que ajudariam a ensejar o futuro das cidades. Tratamos, entre outros temas que poderiam ser abordados nesta direção, do delineamento de uma Arquitetura que possa não apenas acompanhar o movimento das mudanças vivenciadas pela Sociedade, mas, além disso, compor, com outras dinâmicas, processos e fatos, um arco de determinações capaz de ajudar a constituir o melhor devir que nos for possível realizar.

Para alinhar algumas ideias que possam contribuir para responder às questões maiores, relativas ao futuro das cidades, o que implica pensar o futuro da Sociedade, desenvolvo neste texto, de modo preliminar, algumas ideias que poderiam contribuir à resposta de duas perguntas: 1. Para que serve a Arquitetura? 2. O que poderia ser uma Arquitetura engajada?

Essas questões não têm respostas prontas e nem tampouco são fáceis de serem formuladas, porque se enfeixam em múltiplos cenários, em diversos contextos e em várias escalas.

Parto, então, do princípio de que tenho mais perguntas do que respostas, e proponho um roteiro em três tempos, a partir do qual levanto pontos. No primeiro tempo, trato de modo resumido dos contextos atuais. No segundo e terceiros tempos procuro desenvolver as duas perguntas e algumas ideias associadas a elas.

I

Não há qualquer possibilidade de debater o tema, sem lembrar algumas das articulações que ele enseja num mundo de economia e cultura globalizadas.

Primeiramente, vamos nos lembrar do período em que vivemos – o da passagem de uma ‘Modernidade sólida’ para uma ‘Modernidade líquida’, tomando as ideias de Zygmunt Bauman (2002), ou as relativas às ‘consequências da Modernidade’, para tomar como referência o que pensa Anthony Giddens (1991).

Trata-se de um período em que não temos mais qualquer certeza sobre nossa capacidade de fazer um futuro melhor. As ideias da “esquerda” como as da “direita” estão envelhecidas ou nossos caminhos políticos, bem como nossas escolhas, não foram capazes de fazer a utopia virar devir ou, ainda, no conjunto das práticas políticas, essas utopias estão sendo negadas.

Tratamos de um período em que as instituições estão em xeque: a família tradicional, a escola e a universidade, os partidos e os sindicatos, as comunidades e os grupos de interesses, porque o mundo não se organiza mais com base neles, porque eles não são necessários, porque não há um telos que os articula, ou porque os interesses são, na essência, apenas os de consumo.

Estamos num tempo em que a ideia de ‘sistemas peritos’, desenvolvida por Anthony Giddens (1991), a qual tentou se impor durante a Modernidade, esfacela-se, porque eles não são peritos ou porque não vemos mais valor nisso.

Vivemos num mundo que Milton Santos (1993) caracterizou como o da Aceleração Contemporânea e, por isso, a rapidez leva à efemeridade e à fluidez.

Vivemos um interregno de tempo, que este mesmo autor definiu como o primeiro que é, simultaneamente, um período e uma crise (SANTOS, 1993).

Estamos nos referindo a um tempo em que a maior parte de nós não tem qualquer hipótese palpável sobre o futuro.

Vivemos num período em que gostaríamos de abandonar o melhor valor que a cidade moderna nos ofereceu – o do anonimato e o da possibilidade de igualdades de direitos – para vivermos em supostas “comunidades”, segmentados social e espacialmente.

II

Para que serve a Arquitetura? Ou qual o papel dela nesse mundo?

A Arquitetura pode ser vista como **linguagem**. Em ambientes urbanos, essa linguagem tem um valor excepcional, porque estamos tratando de espaços da concentração, da contiguidade, da sociabilidade, do encon-

tro, ainda que o próprio Vinícius de Moraes já tenha nos dito que “a vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros na vida” e a cidade não escapa a essa fatalidade.

Muitas vezes somos levados, principalmente os que não são arquitetos como eu, a pensar que, como linguagem, a Arquitetura poderia ser vista, apenas, como meio de se produzir formas urbanas que falam a nós e que nos sensibilizam.

Entretanto, é preciso sair dessa estigmatização a que os vieses da formação profissional nos levam e reconhecer que a Arquitetura não é apenas aparência, porque como toda linguagem ela contém sua essência:

... na sua forma mais autêntica, o impulso arquitetônico parece associado a um desejo de comunicação e comemoração, uma ânsia de nos declararmos ao mundo por meio de um registro não verbal, por intermédio de uma linguagem dos objetos, cores e tijolos: uma ambição de deixar que os outros saibam quem somos – e, nesse processo, lembrar de nós mesmos” (BOTTON, 2007, p. 126).

Pensando retrospectivamente, sabemos o que outras sociedades ou civilizações pensavam observando o que nos deixaram para que pudéssemos lembrar deles.

Muito do que construíram pereceu. Ficaram como testemunhos as edificações mais monumentais, aquelas que para o exercício da vida política (porque essa era a essência da cidade pré-capitalista) foram erguidas, para lembrar, aos subalternos, quem tinha poder, para agradecer aos deuses o que supunham que esses lhes concediam.

Pensando prospectivamente, que Arquitetura vamos deixar? O que a Sociedade Urbana, a da urbanização capitalista, a do industrialismo, adotando aqui a perspectiva proposta por Henri Lefebvre (1972), vai deixar para o futuro?

Não estamos mais nos referindo ao período em que a essência da cidade era dada pelo exercício e pela representação da política, mas a este em que sua “alma” está na economia. Partindo dessa constatação, sabemos que a cidade é, mais que nunca, um ambiente em que a lógica do funcionamento prevalece sobre a da arte, ou seja, aquela, tomando-se novamente Henri Lefebvre (1972), em que o produto é mais importante que a obra.

Isso significa que toda Arquitetura engajada deverá passar pela ideia de que é preciso algum esforço para recuperar a obra, no lugar do produto, o que só é possível se tratarmos da cidade e não apenas da edificação, como pretendo abordar no terceiro tempo dessa exposição.

Assim, a partir do que foi exposto podemos também afirmar que se é linguagem, e essa linguagem não deve ser apenas a do funcionamento, mas também a da obra, é possível considerar que a Arquitetura tem uma mensagem e aqui me reporto novamente a Botton (2007, p. 123), para quem, “construímos pelo mesmo motivo que escrevemos: para registrar o que é importante para nós”.

Mas o que é importante registrar, para nós, no mundo contemporâneo? Apenas deixar registrado nas paisagens urbanas os grandes *shopping centers*, que Silvana Pinaudi (1992) já conceituou como os templos das mercadorias? Os espaços residenciais fechados, verdadeiros *bunkers* murados, controlados por sistemas de segurança cada vez mais eficientes e menos eficazes? São essas as edificações mais sólidas, de materiais mais perenes, as que poderão durar mais, as que poderão vencer, um pouco, a fluidez do período atual.

Não, não acredito que seja somente isso que queremos deixar. É preciso mostrar que há algum mundo possível fora da lógica do mercado, que há uma cidade que existe feita por um conjunto de práticas socioespaciais, que a nossa memória urbana ainda guarda, apesar das tendências de fragmentação do tecido sócio-político espacial, para tomar o conceito de Marcelo Lopes de Souza (2000).

A essa cidade, a das práticas socioespaciais, mais cotidianas, corresponde uma nova Arquitetura, que não é apenas de edificações, mas de instalações que os artistas, ditos pós-modernos, mostram-nos, de cenas que as tribos urbanas montam em seu cotidiano de irreverências.

Há uma Arquitetura da provisoriedade, do momento e não mais, necessariamente, da longa duração ou das grandes eras da História. Não apenas de tijolos, pedras e madeira, mas de gestos, que refletem nosso ancestral desejo de registrar o que pensamos, de realizar a sociabilidade que a vida urbana ensina desde sua origem, ainda que ela não seja mais o reino do público e do coletivo, como os gregos ensaiaram.

Como dar a essa Arquitetura, mais subjetiva que material, a perenidade que desejamos, de modo a deixar uma mensagem ao futuro, dizendo a eles o que somos e o que pensamos?

Suponho que a resposta a essa pergunta possa passar pelo comprometimento de uma Arquitetura engajada, que abandona a ideia de que o belo é grande (embora, de fato, isso também possa ser verdade) para acreditar que é possível ver beleza no pequeno.

Estamos nos referindo à solução inteligente, à escolha dos materiais que ofereçam condições de diminuir a indigência arquitetônica existente nas cidades marcadas pela produção em massa, estimuladas pelo capitalismo e pela precariedade que interessa ao mercado, e não é resultado necessariamente do projeto, mas das práticas. Estamos nos referindo a uma Arquitetura nova que não é, apenas, ideal, mas que é ideal porque é possível.

Stendhal (2007) já havia apontado a associação entre **gosto visual e valores** e escreveu que “O belo é a promessa da felicidade”. Essa sensibilidade pode nos levar à concepção da Arquitetura como beleza e como ética.

“Entre cristãos e islâmicos havia a crença de que existe uma equivalência entre o que é visualmente belo e o que é eticamente adequado” (BOTTON, 2007, p. 117), mesmo sendo a ética aqui entendida em sua acepção religiosa, segundo a qual se distingue o bem do mal, o que, portanto, é também moral.

Parecemos divididos entre a necessidade de atropelar nossos sentimentos e nos adaptar anestesiados aos nossos ambientes e o impulso contraditório de reconhecer o quanto as nossas identidades estão indelevelmente associadas ao lugar onde vivemos, e junto com ele se transformam.

[...] A premissa para se acreditar na importância da arquitetura é a noção de que somos, queiramos ou não, pessoas diferentes em lugares diferentes – é a convicção de que cabe à arquitetura deixar bem claro para nós quem poderíamos idealmente ser (BOTTON, 2007, p. 12).

De novo, voltamos à ideia do que é ideal no mundo contemporâneo. Trata-se apenas da utopia a ser acalentada, ou da utopia que queremos tornar realidade?

Que possibilidades teríamos de ser diferentes porque estamos em lugares diferentes daqueles em que vivem os mais pobres, se a maior parte das soluções arquitetônicas, se a maior parte das vezes em que o desenho urbano se torna edificação, trata-se da solução individual, trata-se da escala do lote, da quadra, ou do *bunker* dentro do qual se quer viver?

Para ensaiar algum caminho que possa contribuir para responder a essa pergunta, parto para o terceiro tempo desse texto.

III

O que poderia ser uma Arquitetura engajada?

Não há Arquitetura engajada sem Urbanismo engajado. Não há edificação que possa ser pensada fora do ambiente em que se integra.

Não se pode encontrar solução engajada que se restrinja ao lote ou à quadra, não é possível se viver apenas na construção, é preciso se viver na cidade, pensada como totalidade, e não como as parcelas que a fragmentação urbana está nos impondo.

Não é possível entender a parte, sem olhar o todo. Não há o singular, que a Arquitetura providencia, sem o particular, a cidade ou a área rural em que se insere a edificação, e o universal, no caso, a Sociedade, o tempo e o espaço no âmbito dos quais se edifica.

Haveria, em um mundo sem certezas sobre o futuro e num país de disparidades como o nosso, alguma possibilidade de uma Arquitetura engajada?

Sim, a meu ver, há como possibilidade e como realidade.

Enquanto realidade, basta observar com atenção as extensões da periferia das cidades latinoamericanas, tomando como referência, para exemplo, as duas maiores – Cidade do México e São Paulo – para ver o que é engajamento para os mais pobres, aquele efetivamente materializado pelo mutirão, pela autoconstrução. Basta notar as barracas que os assentados erguem ao longo de nossas rodovias e em diferentes propriedades rurais em que o direito jurídico sobre as terras é atropelado pelo direito legítimo de ter acesso a elas. Trata-se da arquitetura do possível, que se ergue, a despeito de sua “feição”, lida, por nós, das classes média e alta. Observada pelos arquitetos que querem negar essa cidade pelo seu caráter

de anticidade, mas também pelos outros que querem refundá-la, torná-la melhor, fazendo uma Arquitetura engajada.

Como possibilidade, é preciso olhar atentamente para as soluções que buscam reintegrar as edificações, precárias ou inaptas ao período atual. Em Matera, na Itália, arquitetos e urbanistas estão envolvidos na readequação dos “Sassi”, antigas moradias encravadas nas rochas calcárias, que desde a pré-história até o começo da década de 1950 estiveram ocupadas. A legislação italiana havia lhes decretado a insalubridade e deslocado seus moradores para outras áreas. Os arquitetos e urbanistas do presente revêem a qualidade desses espaços, ainda que pudessem ter feito isso antes que seus moradores tivessem abandonado aquela parte da cidade há cinquenta anos atrás.

Os moradores das favelas vêm insistindo, com alguns poucos sucessos recentes, que não é preciso deslocá-los para a periferia, que não é necessário o Urbanismo da régua e do compasso que aceita apenas o que é ortogonal, mas sim que é preciso aceitar as formas orgânicas, essas dos caminhos, das práticas socioespaciais às quais fiz referência.

As casas não precisam estar perfiladas, o arruamento não precisa ser composto de retas, mas pode se aproximar das formas da natureza, ou serem redesenhados quando eles desrespeitam a natureza. Aqui a razão, para ser uma Arquitetura engajada, não deve ser apenas a que desenha para ser depois edificado, mas a que redesenha, quando a edificação e a cidade em que ela se insere nem respeitam as dinâmicas da natureza, nem observam que não há cidade e não há urbanismos possíveis, se não houver um mínimo de distribuição equitativa, no território, das condições de vida urbana.

Notas

¹ As ideias apresentadas neste texto foram organizadas para participação em mesa redonda realizada durante o XXI EREA (Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura), realizado em Presidente Prudente, em 2008. Tendo em vista seu propósito, não se constitui em artigo científico, mas em pequeno ensaio, por meio do qual lanço algumas ideias que poderão animar o debate e a crítica.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.
- BOTTON, Alain de. **A Arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1972.
- PINTAUDI, Silvana Maria. **Shopping Centers: espaço, cultura e Modernidade nas cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton et al (org.). **O novo mapa do mundo. Fim do século e globalização**. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1993. p. 15-21.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- STENDHAL. **Do amor**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Recebido em: 24/08/2009

Aceito em: 18/12/2009

